

AÇÕES EDUCATIVAS NÃO FORMALIZADAS EM AMBIENTE LABORAL: ESTUDO EXPLORATÓRIO EM EMPRESA AGROINDUSTRIAL DE ALIMENTOS

**BORGES, Rosângela Lopes¹; FELICIO, Cinthia Maria²; FERNANDES-
SOBRINHO, Marcos³**

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional Tecnológica
(ProfEPT/IF Goiano)

E-mail: rosalb2@hotmail.com

² Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano – Campus Morrinhos

E-mail: cinthia.felicio@ifgoiano.edu.br

³ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano – Campus Urutaí; Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional Tecnológica (ProfEPT/IF Goiano); Programa de Pós-Graduação em Gestão Organizacional da Universidade Federal de Catalão (PPGGO/UFCat)
E-mail :marcos.fernandes@ifgoiano.edu.br

RESUMO: Processos educacionais acontecem durante toda a vida e em todos os espaços, não se restringem ao ambiente escolar e conforme o espaço, intencionalidade e diversas finalidades vão surgindo denominações para melhor entendimento dos fins, existência ou não de certificação e outras. A educação, seja formal, informal ou não formal apresenta interseções, apesar de objetivos distintos por vezes, visam a preparação dos indivíduos para viverem melhor em sociedade, buscando condições de equidade e promoção de melhorias, sejam no ambiente, na qualidade de vida ou na qualificação para o trabalho, por exemplo. Com o objetivo de entender mais sobre como pode acontecer a educação não formal no ambiente laboral, foi realizada uma investigação qualitativa, utilizando dois instrumentos de coleta de dados, um questionário composto de 12 questões e um formulário com 9 questões elaboradas no *Google Forms*, ambos com questões abertas e fechadas, respondidos pela analista de comunicação em uma empresa agroindustrial de alimentos situada no interior goiano e integrante de equipe formada por 5 pessoas responsáveis por organizar os treinamentos e outras atividades de educação não formal nesta empresa. As ações educativas realizadas neste espaço, acontecem com treinamentos nos mais diversos setores, aos seus 1.500 funcionários e alguns exemplos foram apresentados, como o projeto “Acolhida” para a qualificação profissional dos funcionários que estão iniciando na empresa e envolvem parcerias com Sebrae ou Senai. Outro projeto realizado envolve visitas nas escolas da região onde a empresa está situada “Projeto nas Escolas”, realiza ainda programas antitabagismo, controle da obesidade e hipertensão em parceria com a Unimed; tem o projeto “Carnaval com saúde”, e apesar da empresa atender a questão legal de contratação de colaboradores com deficiência, ainda não tinham previsto nenhuma ação para inclusão social e atitudinal. A educação não formal pode contemplar diversos aspectos da vida e acontecer no ambiente em empresas com ações para melhorias no trabalho, na vida dos trabalhadores e familiares, no entanto precisa desenvolver mais ações inclusivas.

Palavras chave: Espaços educativos; Educação para o trabalho; Inclusão atitudinal.

1. Introdução

A educação é um dos requisitos básicos para que o indivíduo tenha acesso aos serviços disponíveis na sociedade e possa exercer sua cidadania. Negar o acesso a esse direito implica, em geral, negar direitos humanos fundamentais. Esse direito basilar, no entanto, tem sido, muitas vezes, restrito ao âmbito escolar e negligenciado nas suas demais formas.

No fim da década de 60, no entanto, a educação não formal se tornou parte do discurso internacional em políticas educacionais (SMITH, 1996) e focava as necessidades de grupos em desvantagens, com propósitos notadamente definidos e flexíveis quanto à organização e métodos. Nesse momento, o sistema de educação formal, sobretudo de países em desenvolvimento, não se adaptava às mudanças socioeconômicas em curso na mesma rapidez [dessas mudanças], o que requereu dos diferentes setores da sociedade articulações ao enfrentamento de novas demandas por parte dela.

O documento da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), de 1972, *Learning to be: the Faure report* firmou metas quanto à "educação ao longo da vida" (*lifelong education*) e à "sociedade de aprendizagem" (*learning society*). Esse documento exerceu forte influência à divisão do sistema educacional em três grupos categoriais, antes problematizadas por Smith (1996) em seu texto, definidas da seguinte forma:

[...] educação formal: sistema de educação hierarquicamente estruturado e cronologicamente graduado, da escola primária à universidade, incluindo os estudos acadêmicos e as variedades de programas especializados e de instituições de treinamento técnico e profissional; educação não formal: qualquer atividade organizada fora do sistema formal de educação, operando separadamente ou como parte de uma atividade mais ampla, que pretende servir a clientes previamente identificados como aprendizes e que possui objetivos de aprendizagem; - educação informal: verdadeiro processo realizado ao longo da vida em que cada indivíduo adquire atitudes, valores, procedimentos e conhecimentos da experiência cotidiana e das influências educativas de seu meio - da família, no trabalho, no lazer e nas diversas mídias de massa (MARANDINO, 2017, p. 812).

Trilla (2008, p. 33), também fala em “tripartição do universo educativo”. Para este autor a educação igualmente pode ser dividida em “formal”, “não formal” e “informal”, apesar de considerar muito difícil distinguir as fronteiras para precisar onde começa uma e termina a outra, nas complexas situações da vida.

Assim, as ideias de Morandino (2017) e Trilla (2008) convergem quanto ao

conceito da educação informal, ao trazerem exemplos desta como sendo aquela que o indivíduo recebe desde o seu nascimento, quando os pais ensinam seus filhos como comer, como falar, arrumar a casa, realizar uma brincadeira ou jogar. Complementam ainda, que esta educação não tem espaços e horários fixos e nem é separada do seu cotidiano, porém ela é a base de todas as outras e perdura por toda a vida do indivíduo.

Neste sentido, não se pode restringir a educação a um lugar apenas. Ela ocorre desde o nascimento do ser humano, no seio familiar, com a convivência diária e as transmissões dos costumes dos pais para os filhos. A esse tipo de instrução os autores que embasam esse trabalho intitulam-na como sendo educação informal. De maneira mais simples, ela ocorre durante o processo de socialização do indivíduo.

No caso da educação não formal, não há um professor especificamente, no entanto, há o envolvimento de um “educador” que assume a responsabilidade de desenvolver atividades para mediar processos de ensino-aprendizado. E é justamente na intencionalidade de se ensinar que esta se difere da educação informal.

A educação não formal, foco deste trabalho, é aquela que abre “janelas” para o mundo em que o indivíduo circunda. Gerada da própria necessidade da sociedade, ela educa para a civilidade. Daí as divisões que vão surgindo como: educação para a saúde, para o trânsito, para o meio ambiente, para o trabalho, educação sexual entre outras.

O objetivo deste trabalho de pesquisa foi averiguar como ocorre a educação não formal, dentro de determinada empresa de processamento de alimentos de origem animal no interior do estado de Goiás e que servirá de contexto para compreensão desta modalidade de educação e estabelecimento de algumas reflexões críticas sobre o constado no âmbito da educação para o trabalho e outros abordados pela empresa investigada.

2. Educação Formal, Não Formal e Informal

Partindo do pressuposto ético de que todo ser humano tem o direito à educação, e isto segue escrito na Constituição Federal brasileira, de 1988. No entanto, esse direito tem se limitado ao nível básico de escolarização, obrigatório e gratuito, muitas vezes sendo comercializado, como uma mercadoria. Gadotti (2005) defende que esse direito deve se estender ao longo de toda a vida, não se restringindo à permanência do educando no ambiente escolar.

Dessa forma, deve-se entender a educação sob outros olhares. Freire (1997, p. 50) fala da importância das experiências informais “[...] nas ruas, nas praças, no trabalho, nas

salas de aula das escolas, nos pátios dos recreios [...]” como parte da formação dos seres humanos.

O termo educação não formal, de acordo com Garcia (2010), teve seu início juntamente com uma crise no sistema escolar. Tal sistema fora compreendido como impossibilitado de responder a todas as demandas de formação e socialização humana. Essa questão envolvia a necessidade de se ensinar sobre meio ambiente, trânsito e orientação sexual, por exemplo, daí o surgimento dos chamados Temas Transversais dentro do âmbito escolar e que estão apresentados nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (BRASIL, 1997, 1998 e 2000).

Para Garcia (2010), outro fator que interferiu no crescimento da educação não formal foram as exigências das indústrias e a evolução dos meios de comunicação. Percebeu-se que havia distância entre a formação do trabalhador e as mudanças no mercado profissional. Já a televisão, e em especial a *internet* fizeram com que se percebesse que a educação não era um monopólio da escola e da família.

Foi a partir do momento em que se percebeu que a escola e a família já não davam conta da realidade social atual é que surgiu a educação não formal. Tanto o ambiente familiar quanto o de trabalho foram modificando-se com o passar do tempo.

Uma questão difícil de se estabelecer de forma definitiva e que precisa ser considerada, seria onde começa a educação formal e termina a informal? E neste universo ainda precisa ser considerada a educação não formal. Considera-se a intencionalidade um critério que pode a princípio distinguir a educação formal e não formal daquela que acontece informalmente. No entanto, isto é difícil de delimitar em alguns casos, onde apesar de ainda poder ser considerada informal, a educação dos pais para com os filhos, de maneiras diversas, seja intencional (TRILLA, 2008).

Assim, resta entender, portanto, que a educação pode ocorrer de maneira formal, quando são oferecidas em ambientes escolares ou acadêmicos, e também, de maneira não formal como definida por Trilla (2008, p. 42) em que o autor considera, como conceito de educação não formal, “[...] o conjunto de processos, meios e instituições específicas e diferenciadamente concebidos em função de objetivos explícitos de formação ou de instrução não diretamente voltados à outorga de graus próprios do sistema educacional regado.”.

Essa definição apresenta, conforme problematizado pelo autor, a existência de fronteiras muito próximas entre uma e outra maneira em se pensar a educação. E por mais

que se busquem critérios que possam caracterizar uma e outra, há sempre algum aspecto que demanda uma nova perspectiva de visão a se considerar. Assim sendo, em determinadas épocas ou culturas são aceitos critérios de especificidade ou diferenciação que incluem e delimitam um tipo de educação em uma ou outra destas formas, conforme a cultura ou aspectos legais vigentes (TRILLA, 2008).

Neste sentido, Gadotti (2005) argumenta que toda educação é, de certa forma, educação formal, no sentido de ser intencional, mas o cenário pode ser diferente. Tanto a educação formal quanto a não formal podem emitir certificados, o que muda é o espaço (lugar) e o tempo (flexível ou não). Por isso, não se deve estabelecer fronteiras muitas rígidas entre essas duas modalidades, pois conforme já foi dito, os próprios currículos escolares podem abordar a educação não formal, nas relações interpessoais, sociais e humanas, na interação com a natureza, o meio ambiente e com aquilo que faz sentido para as nossas vidas.

A educação não formal, por exemplo, designa um processo com várias dimensões tais como: a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho; desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem de conteúdos que possibilitem às pessoas fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista da compreensão do que se passa ao seu redor. Em suma, a educação não formal é vista como um dos núcleos básicos de uma Pedagogia Social (GOHN, 2006a).

Gohn (2006b) explica quem são os educadores nos três tipos de educação da seguinte maneira:

Na educação formal sabemos que são os professores. Na não-formal, o grande educador é o “outro”, aquele com quem interagimos ou nos integramos. Na educação informal, os agentes educadores são os pais, a família em geral, os amigos, os vizinhos, colegas de escola, a igreja paroquial, os meios de comunicação de massa, etc. (GOHN, 2006b, p. 29).

Asenjo, Asensio e Rodríguez-Moneo (2012) definem a educação informal como aquela que abarca tudo aquilo que a educação não formal e a formal conseguem alcançar. Estes autores alertam ainda que a finalidade de qualquer programa educacional é acender algum tipo de aprendizado em seu público, assim sendo, embora os processos de ensino e aprendizagem sejam diferentes, eles não são totalmente independentes.

Calado (2014) discute em seu texto sobre a importância da educação não formal

para a inclusão social. Para ele, programas que desenvolvem o ensino e a aprendizagem em comunidades marginalizadas trazem grandes resultados que permitem reduzir as restrições que limitam a capacidade de fazermos escolhas. As competências adquiridas durante este processo serão a base de cidadãos, crescendo em igualdade de oportunidades.

Outro exemplo de inclusão social por meio da educação não formal pode ser visto no texto de Toledo (2009). A autora explicita sobre uma ação realizada na cidade de São Vicente-SP, intitulado “Projeto Arte no Dique”. Neste local, é efetivado um trabalho sociocultural com uma população carente, formada por pessoas de diferentes idades e procedências. Por meio de oficinas temáticas de arte, música, teatro e etc., os envolvidos proporcionam aqueles que estão à margem da sociedade a chance de se verem incluídos nela.

3. Metodologia

Num primeiro momento, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, buscando embasamento teórico sobre a educação formal e não formal, tomando como base: livros, artigos, teses, revistas, com um recorte temporal de 2005 a 2017. No segundo momento, foi realizada a pesquisa de campo, que quanto à sua natureza, consiste no estudo de fenômenos sem a intervenção sistemática do pesquisador e que, por isso, não é experimental. Pretende-se levantar dados qualitativos, em relação à educação não formal, tendo-se então uma pesquisa de natureza qualitativa.

De acordo com Lakatos e Marconi (2003), quanto aos objetivos, a pesquisa explicativa registra fatos, analisa-os, interpreta-os e identifica suas causas. Compreende-se, então, que seja a mais adequada, já que se pretendeu levantar dados a respeito da educação não formal e avaliá-los posteriormente.

Em relação ao tempo da pesquisa, adota-se o conceito de Gil (2008) de estudo transversal. Isso porque a pesquisa de campo foi realizada em um curto período de tempo ou num determinado momento, período este necessário para a aplicação do questionário.

Como ferramenta de coleta de dados, utilizou-se o questionário que, segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 21), é um instrumento “[...] constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”. E para recolher informações prévias sobre o campo de interesse e levantamento de dados, foi utilizado o Google Formulários aplicado à Analista de Comunicação da empresa Agroindustrial de Alimentos, situada no interior de Goiás.

Ambos os instrumentos eram compostos por questões mistas. O questionário continha 12 questões, sendo que três eram fechadas e nove eram abertas. Já o formulário continha nove questões sendo que quatro eram fechadas e cinco eram abertas. Todos os encontros com a entrevistada foram gravados com autorização após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

4. Desenvolvimento e resultados

A empresa agroindustrial de alimentos é um complexo industrial composto por fábricas de rações para aves, granjas de matrizes, incubatório e frigorífico que abate cerca de 300 mil frangos por dia. A empresa produz uma grande quantidade (200 toneladas) e variedade de derivados, congelados e resfriados diariamente. Sendo estes comercializados em todas as regiões do Brasil e também no exterior.

A entrevistada tem 35 anos, há quatro anos ocupa o cargo de Analista de Comunicação da Agroindústria de Alimentos, em estudo. É licenciada em Geografia e Pós-graduada em Comunicação Organizacional e Relações Públicas. Segundo ela, trabalha no Departamento de Comunicação, atuando com as comunicações interna e externa, criação e desenvolvimento de projetos na área social e educacional, promoção de eventos corporativos, elaboração de textos e monitoramento da marca nas mídias sociais.

A Analista relatou que são oferecidos cursos, treinamentos, eventos culturais e educativos para cerca de 1.500 colaboradores. Dentre eles, o “Projeto Acolhida” que oferece cursos de qualificação profissional para os colaboradores em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), além de acolher os novos funcionários, monitorando as etapas de adaptação e do desenvolvimento profissional.

Há também uma proposta desta Empresa que denominaremos “Projeto nas Escolas” que atende estudantes em diferentes etapas de formação (escolas e universidades), contemplando visitas monitoradas e experiências educativas em diferentes empresas do Grupo. Ressalta-se que há um gama de empresas como: fazendas, granjas, frigoríficos, fábrica de óleos vegetais, moinho de calcário, armazéns gerais, fazendas, posto de combustível, transportadora, plantações de eucalipto e etc.

De acordo com a Analista de Comunicação, a equipe que promove essa educação não formal é composta por cinco pessoas que buscam: “[...] a capacitação dos indivíduos para o trabalho; o desenvolvimento de potencialidades; o compartilhamento de

experiências e uma aprendizagem que capacite os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários.”.

A empresa, segundo a entrevistada tem uma grande preocupação com o meio ambiente, e por isso, promove reciclagem do lixo produzido, faz tratamentos da água e do efluente, usa apenas eucalipto reflorestado. Além disso, promove ações educativas coordenadas por uma engenheira ambiental, como palestras sobre sustentabilidade e uso consciente da água aos funcionários de todos os setores.

A preocupação com a saúde de seus colaboradores, bem como com a comunidade, faz com que a Empresa de Alimentos ofereça também como educação não formal programas de antitabagismo, controle da obesidade e hipertensão em parceria com a Confederação Nacional das Cooperativas Médicas (Unimed). Além disso, os restaurantes da empresa, em parceria com uma empresa multinacional que produz alimentos nutricionais, possuem uma equipe de profissionais que oferecem alimentação balanceada e saudável aos colaboradores da Empresa, assim buscam promover uma cultura que associe preocupações com valores nutricionais, saúde e qualidade de vida a seus colaboradores.

Durante o mês de fevereiro, período que antecede o Carnaval em cada ano, é oferecido aos funcionários do Grupo um projeto com a temática “Carnaval com saúde”. De acordo com a Analista, promove palestras sobre a importância do uso de preservativos e a realização do sexo seguro, além de distribuir camisinhas gratuitamente.

Apesar de ter sido relatado que há a presença de várias pessoas com deficiência dentre elas: mobilidade reduzida, surdez, Síndrome de Down e cadeirantes (como exige a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que estabelece, no Artigo 93, contratação de pessoas com deficiência nas empresas), não foi possível averiguar se há um trabalho de inclusão social dentro da empresa. Averiguou-se apenas que a empresa não promove uma ação de inclusão social e atitudinal.

Os projetos sociais educativos ou “[...] associativismo brasileiro no meio popular [...]” são trabalhos realizados sob a “bandeira da inclusão social” e que se configuram como a prática da educação não formal (GOHN, 2009, p. 30). Para a autora, a educação não formal abrange o exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos. Daí advém a importância do trabalho de inclusão social e atitudinal dentro das empresas.

5. Considerações Finais

Depois da pesquisa bibliográfica e da pesquisa de campo, pode-se entender melhor a importância que a educação tem fora do ambiente escolar formal. Não podendo ser limitada apenas a esses ambientes, mas compreendida como ensino cotidiano capaz de preparar o ser humano para viver melhor na sociedade.

Inferimos que seja possível que as empresas possam oferecer uma educação não formal, de qualidade. Que sejam capazes não só de capacitar profissionalmente os seus colaboradores, mas também, possa influenciar novos comportamentos, novas maneiras de pensar e, conseqüentemente, mudar até mesmo a cultura. Especificamente na empresa pesquisada, percebeu-se que é uma instituição que se preocupa com a natureza, saúde, alimentação, bem estar físico e psíquico de seus funcionários. Fazendo uso da educação não formal para promover neles novos hábitos e promover uma vida mais saudável em sociedade.

Vale ressaltar que a inclusão social é uma meta do mundo inteiro, e a barreira às pessoas com deficiência não está nelas e sim na capacidade de lhes propiciar oportunidades. Entendemos que ações educativas como as identificadas no campo desta pesquisa diminuem fatores de segregação socioeconômica. Além disso, a educação não formal, em formato de projetos socioeducativos, promove a integração das classes marginalizadas na sociedade, e possibilita ao trabalhar uma vida mais digna e igualitária.

Entre as dificuldades encontradas ao desenvolvimento deste estudo, realçamos a dificuldade de acesso aos colaboradores, o que, sobremaneira, trouxe-nos limitações quanto ao detalhamento das informações, vez que se mostrou unilateral. Esperamos, com esta publicação provocar entre colegas, novos estudos com o intuito de avançar nas práticas educativas não formalizadas, no contexto corporativo das organizações.

6. Referências

ASENJO, Elena; ASENSIO, Mikel; RODRÍGUEZ-MONEO, María. **Aprendizaje informal**. 2012. SIAM. Series Iberoamericanas de Museología. Vol. 2. Repositorio Universidad Autónoma de Madrid.

BRASIL, **Parâmetros Curriculares Nacionais: Meio Ambiente: Saúde**. Secretaria de Educação Fundamental. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

BRASIL. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. **Dispõe sobre os Planos de Benefícios da**

Previdência Social e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília-DF, jul, 1991.

BRASIL Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais:** meio ambiente e saúde. Brasília, DF, 1997. 128p.

BRASIL. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais, ética. Brasília: MEC/SEF, 1998. 44 p.

BRASIL. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** pluralidade cultural e orientação sexual. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. 164 p.

CALADO, Pedro. **O papel da educação não-formal na inclusão social: a experiência do programa escolhas.** Revista Interações, n. 29, pp. 60-94 (2014). Disponível em: <<http://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/viewFile/3922/2952>>. Acesso em: 30 fev. 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GADOTTI, Moacir. **A Questão da Educação Formal/Não-Formal.** Institut International des Droits de L'enfant (IDE) Droit à l'éducation: solution à tous les problèmes ou problème sans solution? Sion (Suisse), 18 au 22 octobre 2005. Disponível em: <http://www.vdl.ufc.br/solar/aula_link/lquim/A_a_H/estrutura_pol_gest_educacional/aula_01/imagens/01/Educacao_Forma_Nao_Forma_2005.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2018.

GARCIA, Valéria Aroeira. **Histórico da educação não-formal.** 2010. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:E4XJizFHsjIJ:www.ufscar.br/~crepa/crepa/praticas/HISTORICO_DA_EDUCACAO_NAO_FORMAL.doc+&cd=4&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 30 fev. 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal na pedagogia social.** 1 Congr. Intern. Pedagogia Social Mar. 2006a. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000092006000100034&script=sci_arttext>. Acesso em: 20 fev. 2018.

_____. **Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas.** Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar. 2006b.

_____. Educação não-formal, educador(a) social e projetos sociais de inclusão social. **Revista do Mestrado Profissional em Avaliação da Fundação Cesgranrio.** v. 1, n. 1 (2009).

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Mariana de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARANDINO, Martha. Faz sentido ainda propor a separação entre os termos educação formal, não formal e informal? **Ciênc. educ. (Bauru)**, Bauru, v. 23, n. 4, p. 811-816, Dec. 2017. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132017000400811&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 31 Mar. 2018.

SMITH, M. K. **What is non-formal education?** 1996. Disponível em: <<http://www.infed.org/biblio/b-nonfor.htm>>. Acesso em: 31 mar. 2018.

TOLEDO, Valéria Diniz. Inclusão social na educação não formal: o instituto arte no dique como experiência alternativa diante da crise do ensino escola. **Revista de Educação PUC-Campinas**, Campinas, n. 27, p. 75-86, Jul./Dez. 2009.

TRILLA, Jaume. A educação não formal. In: ARANTES, Valéria Amorim. (org.) **Educação formal e não formal: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2008. p.9-45.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura. **Learning to be: The world of education today and tomorrow**. 1972. Disponível em: <http://www.unesco.org/education/pdf/15_60.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2018.